



cgEE

Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq

Relatório parcial de atividades e de avaliação de programas selecionados do CNPq

Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq

Relatório parcial de atividades e de avaliação de programas selecionados do CNPq



Brasília-DF,
Dezembro, 2022

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI)

Diretor-Presidente

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Diretores

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior

Ary Mergulhão Filho

Relatório parcial de atividades e de avaliação de programas selecionados do CNPq. Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2022.

23p. il:

1. Programas institucionais. 2. Avaliação. 3. Inovação.
I. Título. II. CGEE. III. MCTI.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
SCS Quadra 9 – Torre C – 4º andar – salas 401 a 405
Edifício Parque Cidade Corporate
70308-200 - Brasília, DF
Telefone: (61) 3424.9600
<http://www.cgEE.org.br>

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que seja citada a fonte.

Referência bibliográfica:

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. **Relatório parcial de atividades e de avaliação de programas selecionados do CNPq.** Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq. Brasília, DF: 2022. 23p.

Este relatório é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do 2º Contrato de Gestão CGEE – 38º Termo Aditivo/Projeto: Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq – 8.10.51.08.01.06/ Ministério da Ciência e Tecnologia/2022.

Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq

Relatório parcial de atividades e de avaliação de programas selecionados do CNPq

Supervisão

Ary Mergulhão Filho

Coordenação

Sofia Daher Aranha

Equipe Técnica interna

Carlson Batista Oliveira

Jackson Max Furtunato Maia

José Salomão Oliveira Silva

Analista Administrativo

Paula Gomes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	8
2.1 Reuniões técnicas	10
3. AÇÕES E PROGRAMAS A SEREM SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE O DGP	12
3.1. Lei 8.010/1990 - Lei de Importação	12
3.2. Programa de Capacitação em Taxonomia – PROTAX.....	13
3.3. Programa-Quadro BRICS de C,T&I.....	14
3.4. Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde – EPISUS	15
3.5. Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação em Cooperativismo	16
3.6. Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas	17
3.7. Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação.....	18
3.8. Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas.....	19
3.9. Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC/ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI	21
4. APOIO TÉCNICO AO CNPQ PARA A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO DA PLATAFORMA DGP	21
5. PRÓXIMAS ETAPAS.....	24
Referências Bibliográficas.....	25

1. INTRODUÇÃO

A avaliação de políticas públicas, programas e projetos, por suas características estratégicas é uma prática cada vez mais necessária nas instituições. Avaliar políticas e programas na área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) envolve o estabelecimento de metodologias e processos de alta complexidade. De Souza (2019) aponta que metodologias eficientes de avaliação possibilitarão entre outros: i) a correta avaliação da contribuição do programa para a consecução dos objetivos estratégicos e metas estabelecidas; ii) a realização do diagnóstico dos fatores determinantes, bem como dos principais obstáculos, para a elaboração e execução de políticas, que tenham maior probabilidade de sucesso; iii) o aperfeiçoamento de políticas cujos programas já estejam sendo executados; iv) a comparação, e posterior adaptação, de políticas implementadas em outros países e regiões; e v) o aperfeiçoamento, contínuo, do processo de elaboração e execução de políticas, programas e projetos.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, em reconhecimento à importância das atividades de M&A e em resposta às cobranças vindas sobretudo de órgãos de controle como TCU e CGU, vem desenvolvendo uma série de esforços para institucionalizar e organizar os processos relativos a essas atividades.

Um desses esforços por parte do CNPq ocorreu em novembro de 2021 com o lançamento da Portaria nº 670 que institui a Política de Monitoramento e Avaliação que possa entre outros aspectos, organizar e priorizar as opções quanto aos Programas, Chamadas, Ações, Iniciativas a serem monitoradas e avaliadas, dentro de uma sistemática estabelecida. Em um segundo momento houve uma manifestação do interesse de que o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-CGEE venha a apoiá-lo no planejamento e execução dessas atividades.

A realização desse trabalho está sendo formalizada por meio da participação do CNPq em linha específica no Aditivo do Contrato de Gestão entre o CGEE e o

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações-MCTI. Nesse sentido o CNPq já está em articulação com o MCTI a fim de viabilizar sua participação nesse Termo Aditivo.

Considerando que o CNPq ocupa um papel chave no financiamento à pesquisa e formação de recursos humanos qualificados no país, é necessária a manutenção de sua capacidade de atuar em cenários mutantes. Nesse sentido, é conveniente e oportuna uma perene reflexão sobre a qualidade, disponibilidade e utilidade pública dos serviços baseados em dados mantidos pelo Conselho. Nesse sentido, foi também definida uma colaboração entre CNPq e CGEE com o propósito de aprimorar, atualizar e redimensionar o papel da plataforma Diretório de Grupos de Pesquisa – DGP, seja internamente, na execução de estratégias de fomento realizadas pelo CNPq, seja externamente, como referência de informação qualificada para a sociedade sobre as atividades de pesquisa no Brasil.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O CGEE tem empregado uma série de passos para o desenvolvimento de novos projetos seguindo uma metodologia denominada de metaprocesso. Esse tipo de técnica tem sido amplamente utilizada pelo Centro devido à considerável complexidade dos tópicos abordados nos projetos a serem desenvolvidos. De forma flexível (para atender diferentes demandas), esse processo aponta para alternativas metodológicas para se desenhar e prospectar os projetos desenvolvidos pelo Centro.

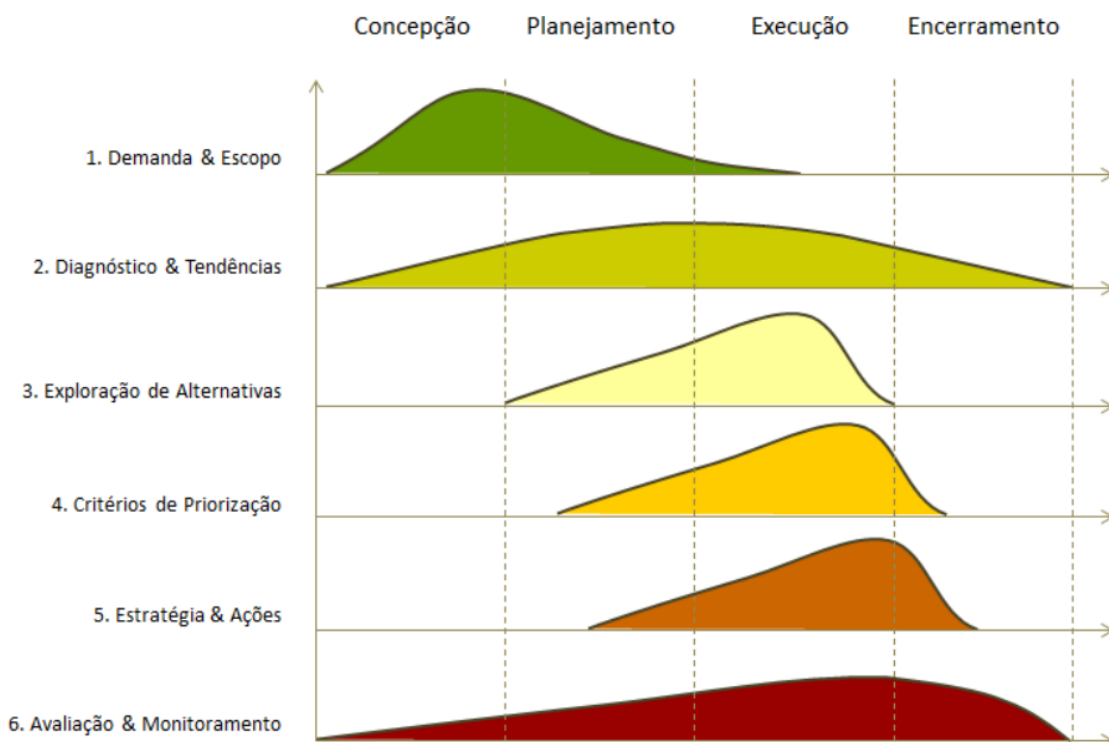


Figura 1 - Metaprocesso versus Ciclo de Vida de Projetos
Fonte: CGEE (2017)

O desenvolvimento do ciclo de vida de um projeto contempla pelo menos quatro fases (concepção, planejamento, execução e encerramento) que podem

perfeitamente ser combinadas com as cinco fases do metaprocesso, conforme representado na figura 1.

A concepção do projeto é a primeira das fases e concentra a etapa de prospecção da demanda e do escopo. Nesse momento são observados os problemas a serem trabalhados, fazendo-se um levantamento das perguntas norteadoras, bem como os objetivos, as possíveis metodologias empregadas, a viabilidade do projeto (do ponto de vista de prazos, expectativas e dados disponíveis ou a serem coletados). Durante o desenvolvimento do trabalho, ocorre um amadurecimento dos diagnósticos e tendências nas fases de concepção e planejamento, sendo necessária uma revisão ao longo da execução do projeto. Esse relatório se refere às atividades relacionadas à primeira fase do metaprocesso.

A estrutura do metaprocesso, que pode ser visualizada na figura 2, contempla processos modulares e adaptáveis que podem ser alterados de acordo com as necessidades do trabalho a ser desenvolvido. Como mencionado, a definição da demanda e o escopo ocorre durante a primeira etapa em um processo que contempla reuniões e problematizações dos tópicos apresentados pela equipe técnica do CNPq em colaboração com a equipe do CGEE. Dessa maneira ocorreu uma indicação e contextualização de temas e problemas que são alvos potenciais desse trabalho, enumerando-se os prováveis desafios e riscos, definindo-se os objetivos e possíveis metodologias.

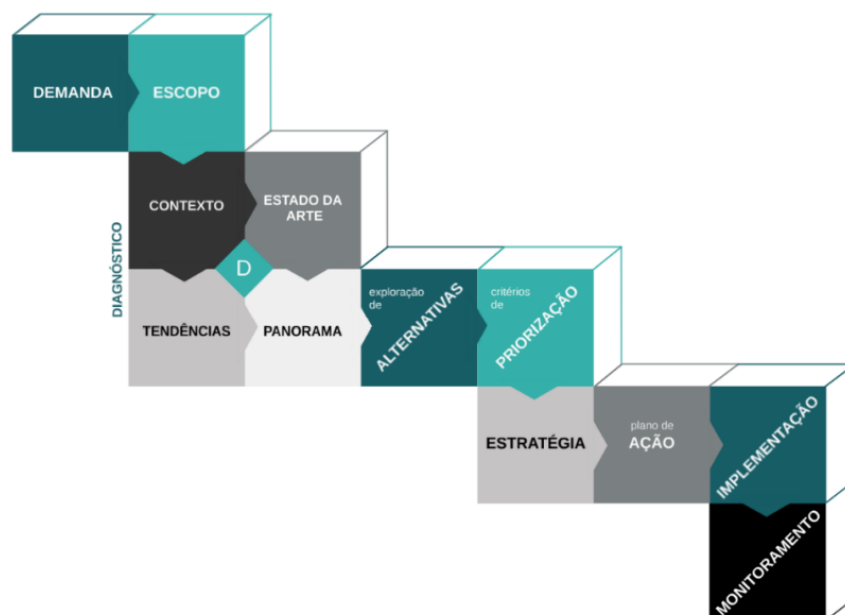


Figura 2 - Metaprocesso – representação do framework.

Fonte: CGEE (2018)

2.1 REUNIÕES TÉCNICAS

Uma das linhas de ação¹, dentro da parceria que está sendo estabelecida com o CGEE, trata da avaliação de programas do CNPq, colhidos a partir da manifestação de suas áreas técnicas. Estabeleceu-se como primeiros passos para definição da demanda e escopo do projeto de avaliação, a apresentação de nove programas/ações, dentre os quais a Diretoria Executiva (DEX) do CNPq deverá selecionar, conjuntamente com o CGEE, qual(ais) comporá(rão) uma primeira etapa do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação.

O primeiro encontro realizado entre os técnicos do CNPq e do CGEE ocorreu em agosto de 2022, sendo que nessa oportunidade o coordenador de Estatística e Indicadores do CNPq, senhor Flávio Neves Bittencourt de Sá, apresentou a demanda ao Centro. Durante os meses de agosto e setembro as informações preliminares sobre os programas candidatos e as expectativas de avaliação, tais

¹ Estão também em discussão ações referentes aos indicadores para as ações do CNPq no âmbito do FNDCT.

como os objetivos, escopo e dados disponíveis, foram levantadas em reuniões semanais virtuais com as áreas técnicas do CNPq. Para essa primeira visão sobre ações potencialmente alvo da avaliação foram também utilizadas informações encaminhadas pelo CNPq. Importante notar que os aspectos relacionados à disponibilidade de dados, a relevância e a relação de custo e benefício devem ainda ser considerados na seleção dos programas/ações a serem avaliados.

Após a definição dos alvos de avaliação pela DEX, a metodologia de definição de demanda e escopo deverá ser continuada, a fim de que sejam aperfeiçoadas as definições de objetivos, identificação do problema, justificativa do projeto, abordagem metodológica e propostas de produtos a serem elaborados.

No que diz respeito à linha de ação de apoio à modernização da plataforma DGP, foram realizadas várias reuniões entre as equipes do CNPq e do CGEE para a definição de demanda e escopo, incluindo o detalhamento de um conjunto inicial de requisitos para o futuro da plataforma, que foi discutido nos dias 14 e 15 de dezembro de 2022 no “Seminário Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP): Atualização e Prospecção para o Futuro”, organizado pelo CNPq. No Seminário foram feitas apresentações de técnicos do CNPq, do CGEE, do IPEA e de pesquisadores de Universidades Federais. As rodadas de discussão após as apresentações foram moderadas pelo Diretor Substituto da Diretoria de Análise de Resultados e Soluções Digitais, Sr. Cláudio da Silva Valério.

A análise detalhada da necessidade de dados e possíveis riscos associados ao acesso a dados será fundamental para a proposição de metodologias adequadas e do real alcance das avaliações, o que permitirá também realizar a definição do custo do projeto. Essas etapas serão realizadas em comum acordo com a Direção e áreas técnicas do CNPq.

As seções a seguir descrevem o escopo preliminar dos temas de avaliação apresentados pelos técnicos do CNPq bem como os temas discutidos na linha de revisão dos papéis do DGP.

3. AÇÕES E PROGRAMAS A SEREM SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE O DGP

3.1. LEI 8.010/1990 - LEI DE IMPORTAÇÃO

Em março de 1990 foi criada a lei nº 8.010 que dispõe sobre benefícios de isenção de impostos e taxas de importações para pesquisa científica e tecnológica. A lei também auxilia na diminuição da burocracia de importação e barateamento do processo (transporte, seguros etc). Esta é uma lei relevante para a C,T&I visto que promove a pesquisa no país e gera economia de recursos. O CNPq é o único órgão que realiza o deferimento dos processos de importação pertinentes. Estudos sobre os resultados que essa lei proporciona ainda são reduzidos, justificando a realização de avaliações da aplicação desse instrumento.

Expectativas da avaliação:

- Avaliar fontes de recursos para importação;
- Avaliar o modo de realização da importação;
- Estimar a renúncia fiscal (montante);
- Estimar custos de importação;
- Estimar quanto da importação é feita pelo CNPq (serviços de importação realizados pelo CNPq para seus pesquisadores e para credenciados);
- Avaliar o que essas importações implicam na capacidade tecnológica no SNCTI e no Brasil (a pesquisa no Brasil precisa importar seus insumos);
- Verificar a distribuição por estado.

Aspectos metodológicos preliminares: Análise quantitativa de dados disponíveis do programa, análise qualitativa complementar.

Horizonte Temporal da Avaliação: 2020 a 2021.

Fonte de informações: e-Comex (Ministério da Economia – SECEX e Receita Federal do Brasil).

3.2. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM TAXONOMIA – PROTAX

O Programa de Apoio a Projetos de Pesquisas para a Capacitação e Formação de Recursos Humanos em Taxonomia - PROTAX é uma política pública de fomento de longa duração do CNPq que é realizado desde 2005. Ele foi instituído a partir de importantes discussões entre as sociedades científicas que mostraram a carência de taxonomistas e a importância que os mesmos possuem para um melhor conhecimento da biodiversidade brasileira, e a imensa tarefa de inventariar, caracterizar e classificar os mais diversos grupos taxonômicos. Embora nos últimos anos tenha ocorrido um aumento de taxonomistas, existe uma carência por profissionais devido às dimensões continentais além da megadiversidade e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Expectativa da avaliação:

- Analisar a inserção dos egressos do programa ao mercado de trabalho formal;
- Avaliar se o programa contribuiu para aumentar o número de taxonomistas no mercado de trabalho formal;
- Analisar o percurso formativo dos pesquisadores;
- Avaliação de produção técnica-científica;
- Analisar a distribuição de taxonomistas nas regiões;
- Examinar a contribuição de taxonomistas em outras áreas;
- Avaliar possíveis conexões com outros programas, ações ou instituições;

Aspectos metodológicos preliminares: Panorama do programa, levantamento dos participantes do programa, análise da produção técnico-científica e coautorias, cruzamento de bases de dados para análises sobre formação e emprego dos egressos do programa.

Horizonte Temporal da Avaliação: 2005 a 2020 (Chamadas de 2010, 2015 e 2020)

Fonte de informações: Plataforma Lattes; Plataforma Sucupira; Plataforma Carlos Chagas; Rais; dados de acompanhamento da área técnica.

3.3. PROGRAMA-QUADRO BRICS DE C,T&I

O Programa-Quadro BRICS de C,T&I, em interação com o CNPq e o MCTIC, lança chamadas para apoiar projetos conjuntos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Essa ação possui o intuito de consolidar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e os países membros desse bloco. A fonte principal de financiamento desse programa é o MCTI, com aporte de cerca de 95% do total. O apoio é normalmente destinado a áreas como: i) Energias novas e renováveis e eficiência energética; ii) Biotecnologia e biomedicina; iii) Recursos hídricos e tratamento da poluição; iv) Tecnologias de informação e computação; v) Ciências de materiais inclusive nanotecnologia; vi) Prevenção e monitoramento de desastres naturais; vii) Fotônica; viii) Aeronáutica; ix) Infraestruturas de pesquisa incluindo megaprojetos de ciência. Existem também parceria em C,T&I e empreendedorismo. Nas chamadas realizadas desde 2016 foram selecionados 50 projetos.

Expectativa da avaliação:

- Avaliar as principais evidências de resultados do programa para estimular a sua continuidade e expansão;
- Avaliar a qualidade dos projetos brasileiros;
- Colher subsídios para aprimorar o programa (diretrizes para novas chamadas, temas de interesse do Brasil);
- Perfil de pesquisador participante do Brasil;
- Avaliar a capacidade do país na formação de parcerias nacionais e formação de redes de pesquisa

Horizonte Temporal da Avaliação: 2016 a 2020 (as chamadas de 2016, 2017, 2019 e 2020)

Aspectos metodológicos preliminares: Realização de panorama do programa, mapeamento das colaborações, possíveis repercussões na produção científica, avaliação qualitativa dos resultados em relação às metas propostas (considerar que questões são avaliáveis em vista dos dados disponíveis).

Fonte de informações:

- Relatórios dos projetos concluídos;
- Bases de dados de projetos (por área do conhecimento, UF, e outras variáveis) => planilhas, tabelas e gráficos gerados, demanda bruta, qualificada entre outras.
- Plataforma Lattes, Plataforma Carlos Chagas

3.4. PROGRAMA DE TREINAMENTO EM EPIDEMIOLOGIA APLICADA AOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – EPISUS

O EpiSUS é um Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde - MS. Esse programa visa aprimorar a capacidade técnica de profissionais de nível superior, por meio de treinamento em serviço para atuar frente às investigações epidemiológicas de surtos e eventos de saúde pública no âmbito dos serviços do SUS. Esse programa foi implementado no ano 2000 mas somente em 2009 teve início a parceria entre o MS e o CNPq. A execução financeira (pagamento de bolsas, participação em eventos, apoio eventual aos monitores, taxa de bancada) é feita pelo CNPq.

Expectativa da avaliação:

- Caracterizar e avaliar os resultados do programa, com especial atenção à inserção profissional dos egressos nas áreas para as quais foram treinados;
- Analisar a qualidade da formação;
- Analisar a trajetória posterior dos treinandos formados (egressos);

- Avaliar os resultados científicos dos trabalhos e continuidade após o término da formação;
- Analisar o custo de formação.

Horizonte Temporal da Avaliação: 2009 (início da parceria MS - CNPq) até a última turma de treinando.

Aspectos metodológicos preliminares: Levantamento dos participantes do programa. Realização de pesquisas com produção técnico-científica dos bolsistas egressos do programa. Cruzamento de bases de dados e análise de possível consulta estruturada com os bolsistas e monitores do programa.

Horizonte Temporal da Avaliação: a partir de 2009 (início da parceria MS - CNPq).

Fonte de informações: Plataforma Lattes; Plataforma Sucupira; Plataforma Carlos Chagas; Rais; formulários de avaliação; relatórios finais dos projetos; documentos das chamadas; TED's MS-CNPq (metas e objetivos); relatório do gestor do MS com a avaliação dos bolsistas; trabalhos científicos desenvolvidos (apresentados em seminários do programa); trabalho sobre egressos (Izabeth Farias); resultados de uma possível consulta estruturada com os monitores / egressos.

3.5. DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM COOPERATIVISMO

O CNPq em colaboração com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP realizam em 2018 uma Chamada com o intuito de apoiar projetos de pesquisa que visavam contribuir de modo significativo para o desenvolvimento científico e tecnológico e também de inovação do País na área de cooperativismo. As pesquisas compreendiam temas transversais em áreas como engenharia, química, agronomia entre outras. Para o desenvolvimento desses projetos a SESCOOP aportou um valor de aproximadamente R\$ 2.200.000,00 em um total de 42 projetos atendidos.

Expectativa da avaliação:

- Realizar panorama das chamadas e avaliar os resultados alcançados pelos pesquisadores após o encerramento da chamada;
- Avaliar resultados dos projetos em relação ao previsto (entregas concretizadas); acompanhar pesquisadores após a conclusão dos projetos;
- Analisar os "data sets" gerados nos projetos (LattesData).

Aspectos metodológicos preliminares: Realizar levantamento dos participantes, bem como da produção técnico-científica dos bolsistas egressos do programa. Análise das entregas da chamada para uma caracterização dos resultados alcançados. Considerar o critério "C" (alinhamento da proposta aos objetivos da ação, resultados previstos, potencial de implementação, impactos potenciais e proposta de difusão) da relação de fatores utilizados na avaliação das propostas para avaliar o programa.

Horizonte Temporal da Avaliação: 2018 (finalizado ano passado).

Fonte de informações: Plataforma Lattes; Plataforma Sucupira; Plataforma Carlos Chagas; Rais; formulários de avaliação; relatórios finais dos projetos; documentos das chamadas.

3.6. PROGRAMA ARQUIPÉLAGO E ILHAS OCEÂNICAS

Esse programa, que conta com a colaboração da Marinha do Brasil, contribui para o conhecimento da composição, estrutura e dinâmica dos ecossistemas do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, da Ilha da Trindade e Arquipélago de Martim. As pesquisas realizadas são bastante relevantes em razão da posição geográfica privilegiada e à importância destas Ilhas Oceânicas como zona econômica exclusiva do Brasil (ZEE). A contribuição Marinha para o programa se dá por meio do fornecimento da logística necessária, sendo importante destacar também que ela almeja uma presença constante de pesquisadores nesses locais para "marcar território" de modo a inibir o acesso não autorizado de estrangeiros. Aprofundar os conhecimentos em relação aos dados disponíveis sobre o programa pode ser um fator positivo em relação à solicitação de recursos ao fundo

financiador. Atualmente o programa conta com 27 projetos vigentes diversas linhas de pesquisa.

Expectativa da avaliação:

- Quantificar/qualificar os resultados científicos, econômicos e socioambientais gerados pelo Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas ao longo dos 18 anos de efetivo apoio do CNPq à referida Ação (2004-2018);
- Quantificar o valor investido;
- Analisar as áreas/temas estudados; analisar quais áreas ainda necessitam ser estudadas (por ex. sismologia, marés);
- Analisar produção técnica, científica e de possíveis patentes;
- Realizar um panorama dos egressos do programa;
- Propor uma visão estratégica de futuro para o Programa.

Aspectos metodológicos preliminares: Panorama do Programa (chamadas, projetos, participantes - pesquisadores e bolsistas); análise de produção técnico-científica relacionadas ao tema; análise de resultados do programa e estudo de visão de futuro do programa do ponto de vista estratégico para o país.

Horizonte Temporal da Avaliação: 2004 a 2022 (2019 foi a última chamada)

Fonte de informações: Plataforma Lattes; Plataforma Sucupira; Plataforma Carlos Chagas; Formulários de avaliação; Documentos das chamadas.

3.7. MENINAS NAS CIÊNCIAS EXATAS, ENGENHARIAS E COMPUTAÇÃO

Essa ação se insere no âmbito do Programa Mulher e Ciência, criado em 2005 pelo CNPq e parceiros. Na última década, o CNPq e parceiros têm feito esforços na multiplicação e na continuidade do fomento a projetos voltados para o estímulo na formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil, considerados fundamentais para a formação e a qualificação nas áreas de conhecimento e nas profissões onde ainda permanecem sub-representadas, com desperdício de talentos para a ciência, a tecnologia e a sociedade. Houve a realização de duas chamadas públicas (2013 e 2018 - em

implementação), com apoio a mais de 400 projetos e o desembolso de aproximadamente R\$ 19 milhões.

Expectativa da avaliação:

- Desenvolver um panorama do programa; quantificar os valores aportados, a distribuição dos projetos nas áreas; nos estados/regiões;
- Realizar estudo sobre o percurso formativo e inserção profissional das egressas do programa;
- Avaliar os resultados e possíveis impactos do programa;
- Avaliar produção técnico-científica publicações;
- Analisar a evolução da participação de instituições parceiras;
- Propor uma visão de futuro do Programa.

Aspectos metodológicos preliminares: Levantamento de informações das participantes do programa e das chamadas, cruzamentos de dados para análise de percurso formativo e de emprego formal. Coleta de dados primários complementares, se necessário.

Horizonte Temporal da Avaliação: 2012 a 2018 (próxima chamada 2023)

Fonte de informações: Plataforma Lattes; Plataforma Sucupira; Plataforma Carlos Chagas; Rais; formulários de avaliação.

3.8. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Esse programa foi criado em 2009 no mesmo formato do PIBIC. Ele é voltado às universidades públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que desenvolvem atividades no âmbito das ações afirmativas, tais como cota para o ingresso de estudantes oriundos de populações historicamente excluídas do Ensino Superior. O programa tem meta é oferecer aos alunos beneficiários dessas políticas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de iniciação científica.

Anualmente cerca de 800 bolsas são oferecidas nessa modalidade, enquanto que no PIBIC são por volta de 27.000.

Expectativa da avaliação:

- Avaliar a efetividade do PIBIC Ações Afirmativas em relação aos seus objetivos.
- Avaliar o impacto da participação do bolsista nesse Programa quanto à sua permanência na graduação, ingresso na pós-graduação e escolha pela carreira científica;
- Desenvolver um panorama do perfil dos estudantes quanto aos indicadores sociais e étnico-raciais e participação em outras políticas assistenciais e outras características do programa tais como: distribuição dos projetos nos estados/regiões, nas áreas; valores aportados)
- Realizar um estudo sobre o percurso formativo e inserção no mercado formal de egressos do programa;
- Analisar a evolução da participação de Instituições de Ensino Superior na implantação de programas próprios de ações afirmativas;
- Avaliar se a quantidade de vagas oferecidas está defasada; avaliar a suficiência do valor da bolsa; avaliar possíveis relações entre o programa e a redução da evasão;
- Explorar as possíveis lacunas existentes no programa;
- Propor recomendações para aperfeiçoamento do Programa.

Aspectos metodológicos preliminares: Levantamento das principais informações dos participantes do programa. Panorama do programa, levantamento dos participantes do programa, análise da produção técnico-científica e coautorias; cruzamentos de dados para análise de percurso formativo e de emprego formal. Discutir metodologias que permitam avaliar a influência do Programa na inserção de seus egressos em estudos/ações em temas de interesses desses grupos, tais como combate ao racismo, saúde da população negra, tecnologias assistivas entre outros.

Horizonte Temporal da Avaliação: 2012 a 2018 (próxima chamada 2023)

Fonte de informações: Plataforma Lattes; Plataforma Sucupira; Plataforma Carlos Chagas; Rais; PNAD-C; relatórios de bolsistas e orientadores; formulários de avaliação.

3.9. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIBIC/ PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO - PIBITI

Foi solicitado que, juntamente com a avaliação do PIBIC-Af, também fosse realizada uma avaliação do PIBIC/PIBITI como a que foi realizada pelo CGEE em 2019. Os técnicos do CNPq deverão informar quais informações novas serão necessárias para compor essa avaliação. Os técnicos do CGEE e do CNPq avaliarão conjuntamente quais dessas informações são de fato possíveis de serem obtidas.

4. APOIO TÉCNICO AO CNPq PARA A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO DA PLATAFORMA DGP

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no País. As informações contidas no Diretório dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo.²

Expectativas do projeto:

- Levantamento inicial de requisitos de propriedades desejáveis na futura plataforma DGP (realizado);

² Adaptado da página do CNPq: <http://www.lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>

- Realização de Seminário para discussão inicial sobre problemas, alternativas de soluções e alinhamento de percepções sobre o DGP com especialistas e técnicos do CNPq (realizado em 14 e 15/12/2022);
- Planejamento detalhado das atividades a serem desenvolvidas e proposta metodológica preliminar para o trabalho;
- Realização de consulta à sociedade sobre funcionalidades desejáveis na futura plataforma;
- Análise dos dados coletados na consulta à sociedade e realização de oficinas de trabalho com especialistas para a análise detalhada desses dados;
- Consolidação das propostas com indicação de um novo modelo operacional, interativo, integrado a bases de dados de CT&I existentes, com novo layout, novas funcionalidades e oferecendo um ambiente ágil, intuitivo e de navegação amigável para o Diretório;
- Desenvolvimento de protótipos funcionais de ferramentas para a análise e visualização de dados do DGP, incluindo a possibilidade de mapeamentos de redes de pesquisa ou onde mais couber.

Lista preliminar de requisitos levantados

- O DGP deve ter visualizações modernas dos seus dados;
- Devem ser desenvolvidas novas ferramentas para exploração dos dados do DGP, tanto internamente, para usuários do CNPq, quanto para usuários externos, seguindo regras da LGPD e com controle de acessos;
- Os campos de devem ser revisados para melhorar a experiência de usuários que os preenchem e agregar valor a futuras análises de dados do DGP que contribuam para a elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas de CT&I;
- Os tipos de usuários devem ser caracterizados;

- A identidade do grupo deve permitir mudanças de coordenador e instituição;
- Os normativos relacionados ao DGP devem ser revisados para contemplar as mudanças realizadas;
- O DGP deve ser integrado à plataforma de fomento Carlos Chagas, ampliar sua ligação com os CV Lattes e deve ser verificada a viabilidade de ligações com a Plataforma Sucupira, da CAPES;
- O conjunto de requisitos para usuários externos deve contemplar diferenças para casos de uso do conjunto para usuários internos, com base em determinações da LGPD, segurança, tipos de análises presumidas etc;
- Avaliar possibilidades de estrutura de dados que contemple focos diferentes: grupo, linha e programa de pesquisa.

Fontes de informações: Plataforma DGP, Plataforma Lattes; Plataforma Sucupira; Plataforma Carlos Chagas.

5. PRÓXIMAS ETAPAS

A partir dos resultados obtidos nessa primeira fase, o projeto deverá prosseguir com a definição dos alvos de avaliação e dar continuidade na consolidação de requisitos e objetivos da ação de apoio à modernização do DGP. Essas definições certamente levam em conta aspectos técnicos e outros de natureza estratégica, relacionados à política de CT&I. A articulação com o CNPq permitirá, de comum acordo com o CGEE, avançar na definição dos programas a serem avaliados e definição de ações a serem realizadas para melhorias do DGP. Isso permitirá a especificação metodológica, o refinamento de perguntas norteadoras, bem como determinar a necessidade de dados e o cronograma de desenvolvimento do projeto.

Referências Bibliográficas

Batista de Oliveira, C.; de Carvalho Villela, A.B.; Juruá, M.; Daher, S. **Uma ontologia sobre avaliação para o CGEE**. Parcerias Estratégicas. Vol. 23 Issue 46, p29-47. 19p. 2018.

de Souza, C.R.P. **Avaliação de Políticas Públicas, de seus programas e projetos: uma discussão sobre os indicadores de resultados e impactos utilizados para a avaliação de sua eficácia e efetividade**. Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília-DF. 20p. 2019.